

Despacho (extracto) n.º 7932/2005 (2.ª série). — Por despachos de 29 e de 31 de Março de 2005, respectivamente do presidente do Instituto do Desporto de Portugal e da directora central de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência delegada:

Maria Leonor dos Santos Carvalho Rodrigues, assistente administrativa do quadro de pessoal do Instituto do Desporto de Portugal — autorizada a sua requisição para desempenhar funções no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7933/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Caetano da Cunha Reis para prestar colaboração no meu Gabinete no âmbito das suas qualificações profissionais.

2 — A presente nomeação é feita por um ano, tacitamente prorrogável, sem prejuízo de ser o presente despacho revogável a todo o tempo.

3 — É atribuída ao nomeado a remuneração de € 3200 mensais, acrescida de subsídio de refeição, sendo aquela a remuneração a tomar por base na determinação dos subsídios de férias e de Natal a abonar nos termos aplicáveis à função pública.

4 — Ao nomeado é ainda atribuído um abono mensal para despesas de representação no montante de € 620.

5 — Quando se deslocar em missão oficial de serviço público no País ou no estrangeiro, o nomeado tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos de gabinete.

6 — O presente despacho produz efeitos desde 12 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 7934/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Anabela da Conceição Mendes Pedras para prestar colaboração no meu Gabinete, no âmbito das suas qualificações académicas e profissionais, na área de coordenação, gestão e reestruturação do arquivo.

2 — A presente nomeação é feita por um ano, tacitamente prorrogável, com efeitos a 4 de Abril de 2005, sem prejuízo de ser o presente despacho revogável a todo o tempo.

3 — É atribuída à nomeada uma remuneração mensal equiparada ao 1.º escalão da categoria de assistente administrativo principal, acrescida do subsídio de refeição, sendo aquela a remuneração a tomar por base na determinação dos subsídios de férias e de Natal a que tiver direito, nos termos da lei.

4 — Sempre que prestar trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, de descanso complementar e em feriado, a nomeada será compensada nos termos aplicáveis às assistentes administrativas em exercício de funções no meu Gabinete, ficando autorizada a receber até 60% do seu vencimento de base, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 27.º e no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e pelo trabalho efectuado ao abrigo do artigo 33.º do mesmo diploma legal.

1 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 7935/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 2.º, n.º 1, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho,

nomeio a Dr.ª Ana Cristina Mendes dos Santos adjunta do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a 29 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 7936/2005 (2.ª série). — Nomeio como responsável para assinatura dos pedidos de libertação de créditos a chefe de repartição Maria Cândida Matos Veríssimo Lopes Ribeiro, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, e do n.º 26.4 da circular n.º 1225, série A, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, de 4 de Abril de 1994, com efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Fernando Manuel Mendonça de Oliveira Neves*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3991/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do regulamento do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, aprovado pelo despacho n.º 10 988/2004, de 14 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 2 de Junho de 2004, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, nomeadamente do seu artigo 12.º, torna-se pública a lista dos candidatos aprovados e excluídos na prova oral de conhecimentos, estabelecida pela ordem alfabética do nome do candidato:

Candidatos aprovados:

Ana e Brito Maneira.
Ana Isabel Teixeira Coelho.
Ana Rita Azevedo San Payo Araújo.
André Hugo da Silva Oliveira.
Ángela Maria Romão Dourado.
Carolina Maria Barata Cordeiro.
Elisabete Proença R. e Cortes Palma.
Graça Maria Araújo Fonseca.
Gustavo Nuno Allen Teixeira Lopes.
Hélder Jorge Fernandes de Sousa Silva.
Henrique Carlos Pestana Henriques.
Henrique João de C. M. C. Azevedo.
Hernan Leandro Amado.
Isabel Guedes da Silva Pestana.
Joana Caleiras Rodrigues Fisher.
Joana Espírito Santo de Araújo.
João Ricardo N. C. B. da Silveira.
Mafalda Groba Gomes.
Manuel Filipe Pinhão Ramalheira.
Manuel Maria Fernandes P. Lopes Aleixo.
Maria Joana Nunes Pinto Calição.
Maria João Franco Coutinho.
Miguel Corte-Real de Brito e Abreu.
Nathalie Oliveira.
Pascoal Santos Pereira.
Patrícia Maria dos Santos R. Cadeiras.
Pedro Bartolomeu S. M. P. Pinto.
Pedro Severo de Almeida.
Raquel Milano Morais Chantre.
Rosa Lemos Tavares.
Rosa Maria Futscher Pereira Podgorny.
Tiago Adão Alves Araújo.
Tiago Silva Cabrita de Sousa.
Tiago Torres Larsen.

Candidatos excluídos:

Ana Sofia Pité de Lemos Amaral.
Cláudia Maduro Redinha.
Francisco António Pereira Jorge Cachapuz Guerra.
Francisco José Braga Barroso Silva Rodrigues.
Gonçalo Zagalo de Figueiredo Alves Pereira.
Hugo Duarte Valentim.
Jacqueline Catarina Martins Rulloda.
Joana Filipa Carço Varão.
João Pedro de Deus Costa Martins de Carvalho.
José Alexandre Moreira Milheiro de Oliveira.
Márcia Pereira Rodrigues.

Maria Leonor Bettencourt de Santa Clara Gomes.
 Maria Margarida Arraiolos Cândido.
 Maria Raquel de Oliveira Martins.
 Pedro Miguel da Costa Almeida.
 Rafael de Almeida Rodrigues Pereira Gomes.
 Sofia Carlos Areias Teles.
 Vítor Torres Pereira.

2 — Nos termos do artigo 21.º do regulamento, a entrevista profissional de selecção visará avaliar, para além da adequação do candidato ao perfil de exigências da função diplomática, a sua capacidade de expressão e argumentação, o seu interesse profissional e conhecimentos gerais em matérias consideradas relevantes para o exercício da função diplomática.

3 — Na classificação da entrevista profissional de selecção, o júri poderá considerar quaisquer elementos curriculares devidamente documentados, de carácter académico, profissional ou outro, que o candidato entenda de interesse substancial para o âmbito do concurso, os quais deverão ser apresentados antes da data marcada para a respectiva entrevista, nos termos do n.º 5 deste aviso.

4 — O conhecimento devidamente documentado de outras línguas estrangeiras, para além das línguas inglesa e francesa, cujo interesse para o exercício de funções diplomáticas seja pelo júri entendido como relevante, poderá igualmente ser considerado na classificação da entrevista profissional de selecção.

5 — Os documentos — simples fotocópias — relativos ao currículo do candidato, bem assim como os documentos que certifiquem conhecimentos de línguas estrangeiras nos termos do parágrafo anterior, deverão ser apresentados pelo candidato até três dias úteis antes da data marcada para a respectiva entrevista, junto do secretariado do concurso, podendo ser entregues presencialmente pelo próprio candidato ou representante legal ou por via postal, com aviso de recepção.

6 — As datas estabelecidas para a realização das entrevistas profissionais de selecção serão divulgadas junto dos candidatos mediante notificação postal individual, com aviso de recepção, a qual definirá relativamente a cada candidato o dia e a hora da respectiva entrevista profissional de selecção. A notificação postal será confirmada através de contacto telefónico efectuado pelo secretariado do concurso.

7 — As entrevistas profissionais de selecção serão realizadas pelos membros não docentes do júri, tendo a duração máxima de trinta minutos, decorrendo no período da manhã, entre as 10 horas e as 12 horas 30 minutos, e no período da tarde, entre as 15 e as 18 horas. As entrevistas terão lugar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, devendo os candidatos apresentar-se na hora indicada na notificação postal junto do secretariado do concurso para efeitos de registo e encaminhamento.

8 — Nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e da circular n.º 3/DGAP/2002, de 5 de Dezembro, a entrevista profissional de selecção como método de selecção no âmbito dos concursos para a Administração Pública tem carácter público.

4 de Abril de 2005. — O Secretário-Geral, *Rui Quartim Santos*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 7937/2005 (2.ª série). — Por despacho ministerial de 12 de Março de 2005:

Teresa Fernanda Ribeiro da Silva, técnica da carreira de pessoal técnico do quadro único de vinculação do pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — designada para exercer o cargo de secretária privativa na Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, em Paris. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Rectificação n.º 592/2005. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho n.º 4905/2005, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de Março de 2005, a p. 3590, pelo que onde se lê «Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio a assistente administrativa especialista Maria Fernanda Quaresma dos Reis para exercer funções de secretariado» deve ler-se «Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio a assistente administrativa especialista Maria Fernanda Quaresma dos Reis para exercer funções de secretariado, com efeitos a partir de 19 de Janeiro de 2005.»

24 de Março de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Rectificação n.º 593/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 22 de Março de 2005, o aviso n.º 3070/2005 (2.ª série), que torna públicas as taxas

de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a efectuar desde 1 de Abril de 2005, rectifica-se que onde se lê «Lira turca [...] 1704302» deve ler-se «Lira turca [...] 1,704302».

30 de Março de 2005. — O Director, *Renato P. Marques*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7938/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de requisição, à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., a licenciada Maria de Lurdes Fernandez da Luz Paula Alves para exercer funções de adjunta no meu Gabinete.

A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

Independentemente do disposto no número anterior, a presente nomeação é revogável a todo o tempo.

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 6.º do citado diploma, a nomeada opta pelas remunerações e demais regalias inerentes ao cargo de origem, que actualmente exerce na REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P., acrescidas das despesas de representação estabelecidas por lei para o cargo de adjunto de gabinete.

O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

18 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

Despacho n.º 7939/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos conjugados pelo preceituado no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de adjunta no meu Gabinete Maria Cristina Marcelo de Sousa Cambezes Marçal Carrega, para o efeito requisitada à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

2 — A nomeada auferirá a remuneração mensal dos adjuntos do Gabinete, incluindo subsídios de férias, de Natal, de refeição e despesas de representação.

3 — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do citado diploma, manter-se-ão todos os direitos, subsídios, regalias sociais e outras correspondentes ao seu lugar de origem.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

21 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

Despacho n.º 7940/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, aos chefes de gabinete dos membros do Governo que não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 100 quilómetros pode ser concedida habitação por conta do Estado ou atribuído um subsídio de alojamento, a título excepcional, a partir da data do despacho de nomeação e enquanto durarem as suas funções.

Por proposta do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, verificados que estão os requisitos legais, e nos termos do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, conjugado com o Decreto-Lei n.º 188/2000, de 12 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2002, de 26 de Março, concedo ao chefe de gabinete do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Ricardo Campos Cunha, o subsídio de alojamento, a que se refere o n.º 2 daquele diploma legal, no montante de 50% do valor das ajudas de custo estabelecidas para os vencimentos superiores ao índice 405 da função pública, com efeitos a partir da data do despacho de nomeação e enquanto permanecer no exercício daquelas funções.

24 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

Despacho n.º 7941/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de secretária pessoal no meu Gabinete Teresa Maria de Mira Vilas-Boas Potes.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.